



CARTA DO XVII FÓRUM NACIONAL DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE EDUCAÇÃO

Abril 2015

As entidades que compõem o Fórum Nacional das Entidades Representativas dos Especialistas de Educação, reunidas no período de 27 a 29 de abril de 2015, em Brasília-Distrito Federal, na sede do Sindicato dos Engenheiros, deliberaram que:

- 1- Defendem a identidade própria dos profissionais da Educação que desempenham atividades de Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional;
- 2- Denunciam o descaso de governantes para com suas obrigações legais no que tange ao pagamento do Piso Salarial Nacional do Magistério e jornada de trabalho dos Profissionais de Educação, exigindo providências imediatas quanto a sua ilegalidade;
- 3- Defendem a Aposentadoria Especial do Magistério para todos os profissionais da Educação, portadores de diploma de pós-graduação ou graduação em Pedagogia com ou sem habilitação em Administração, Planejamento, Supervisão, Inspeção e Orientação Educacional, segundo a LEI 12.014 de 06 de agosto de 2009 nos estabelecimentos de ensino e órgãos educacionais;
- 4- Lutam para que as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, respeitem as exigências profissionais para atender as especificidades pedagógicas das escolas, no seu contexto complexo, para além da sala de aula, formando profissionais com identidade diante de seu fazer;
- 5- Exigem o cumprimento do Decreto Lei nº 72846 de 26 de setembro de 1973, que provê a regulamentação da profissão do Orientador Educacional;
- 6- Consensam que diante do Pacto Federativo, a instituição do Sistema Nacional de Educação deve respeitar a autonomia já construída pelos sistemas de ensino dos entes federados;
- 7- Defendem a autonomia dos Sistemas Estaduais e Municipais na livre organização da carreira do magistério, resguardando as formas de provimentos dos cargos já instituídos por lei;
- 8- Mantêm a luta pela destinação imediata de 10% (dez por cento) do PIB para a Educação Pública;
- 9- Deliberam manter posturas críticas e mobilização quanto ao Plano Nacional de Educação, aos Planos Estaduais de Educação e aos Planos Municipais de Educação, avaliando seus efeitos para a categoria;
- 10- Repudiam a utilização de verbas públicas na Educação privada;
- 11- Defendem a recuperação salarial da categoria, com pagamentos diferenciados e superiores ao piso do magistério;
- 12- Exigem a manutenção dos concursos públicos para os cargos nas carreiras onde eles estão previstos e a obrigatoriedade de realização frequente dos mesmos para provimento dos cargos;
- 13- Apoiam a aprovação da PEC 555/06;

- 14- Concitam a categoria a se organizar em Associações e Sindicatos;
- 15- Mantém a pauta de integrar mais entidades às lutas comuns aprovadas no Fórum, desde que compartilhem de seus princípios norteadores;
- 16- Propõem levar as presentes deliberações a todas as instâncias de discussão sobre as questões educacionais;
- 17- Manterão articulações com o executivo e o legislativo nas diferentes esferas da Federação;
- 18- Acompanharão a implementação das disposições da Convenção n. 151 e da Recomendação n. 159 da Organização Internacional do Trabalho, promulgadas pelo Decreto Presidencial n. 7944 de 06 de março de 2013.
- 19- Acompanharão e promoverão discussões sobre o projeto do governo para a educação nacional intitulado Pátria Educadora: A qualificação do ensino básico como obra de construção nacional;

BRASÍLIA, 29 de Abril de 2015.

• AOESC – Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina.

• Diléia Pereira Bez Fontana - ~~Bentou~~

ACSE – Associação Campo Grandense de Supervisores Escolares.

• Frip Schalchier

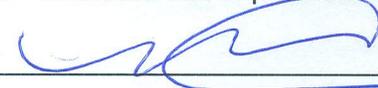
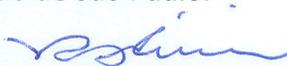
• ASESC – Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina

Selma David Loemes - Athoemes

ASFOE – Associação Fluminense dos Orientadores Educacionais.

Pl Marise Mercinda Gomes

1/ APASE – Sindicato dos Supervisores do Magistério Oficial no Estado de São Paulo.

• SINESP – Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo.

